



Anais do Museu Paulista  
ISSN: 0101-4714  
mp@edu.usp.br  
Universidade de São Paulo  
Brasil

Oliveira Ferreira de, Maria Luiza  
Em casas térreas com alcovas. Formas de morar entre os setores médios em São Paulo, 1875 e  
1900  
Anais do Museu Paulista, núm. 8-9, 2003, pp. 55-76  
Universidade de São Paulo  
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27300903>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Em casas térreas com alcovas. Formas de morar entre os setores médios em São Paulo, 1875 e 1900<sup>1</sup>

**Maria Luiza Ferreira de Oliveira**

Escola da Cidade, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo.

Em 1874, segundo documentação da Câmara Municipal, o administrador da Praça do Mercado, o baiano Antonio Pinto Praxedes Guimarães, ganhava por mês 66\$680 réis, pouco mais do que o coveiro do cemitério municipal, que recebia 60\$0000 réis mensais, e menos do que o médico da Câmara Dr. Francisco Honorato de Moura, com 100\$000 réis<sup>2</sup>. Com o valor do salário mensal do médico, podia-se comprar um terreno na estrada das Palmeiras, na Consolação, em 1878, e com dois meses de salário do coveiro do cemitério, um terreno em área mais próxima do centro, na Rua João Theodoro, na Luz, com 216m<sup>2</sup>.

O administrador do mercado era casado com D. Anna Maria Jonas Guimarães que fazia trabalhos de costuras. Moravam em uma chácara no Brás, em casa de uma porta e duas janelas de frente, com poço, quintal todo plantado de árvores frutíferas, capinzal, cocheira. Além dessa casa, Antonio Praxedes deixou, ao morrer, mais uma casa na Rua da Glória, de porta e três janelas, com quintal, de um lanço<sup>3</sup>. As duas propriedades imobiliárias valiam 10 contos. Alugavam a casa na Rua da Glória para complementar a renda da família. Antonio Praxedes era também alferes, o que devia aumentar um pouco sua renda mensal. De qualquer forma, um pequeno funcionário público, que contava com a ajuda dos trabalhos de costura de sua mulher, conseguiu ter crédito e ser proprietário de dois imóveis. Ao morrer, devia para o negociante Antonio José Duarte nove contos de réis, com garantia hipotecária das duas propriedades. Provavelmente, os salários de Praxedes foram suficientes para comprar os terrenos, e depois de contraída a dívida, pagar os juros da hipoteca.

A maioria das famílias cujos inventários foram pesquisados era proprietária de algum bem imóvel, mesmo que fosse um terreno, um quartinho, uma casinha em construção. Ao total, 83,3% tinham bens de raiz – correspondentes a 274 inventários. Dos bens levantados, 130 eram dos dois primeiros grupos de riqueza<sup>4</sup>, ou seja

1. Este artigo é parte modificada de dois capítulos de nossa tese de doutorado, *Relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo, 1870-1900*. História, FFLCH, USP, novembro de 2003.

2. Arquivo Municipal Washington Luis (AMWL), Papéis Avulsos, Livro 287, 1874, fl. 19.

3. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ATJSP), 2º. Ofício da Família (O.F), Inventário, Processo 85, 1880.

4. Estabelecemos cinco grupos de riqueza para auxiliar na análise dos dados. Os grupos foram estabelecidos tendo em vista a relação com algumas variáveis: a presença ou não de escravos (para o período 1874-1882), os móveis, os tipos de bens de raiz, e o montante de fortuna acumulado. O valor estabelecido como limite máximo para os grupos mais pobres foi o pre-

ço médio de uma casa térrea. Foi a percepção da importância do imóvel na economia dessas famílias que nos levou a estabelecer esse padrão. O corte dos mais ricos foi feito em função dos valores apresentados no trabalho de Zélia Mello, e da ocupação principal do inventariado – não entraram os fazendeiros, ou aqueles que eram grandes capitalistas urbanos, acionistas de bancos, de empresas urbanas, pois nosso objetivo é o estudo dos setores médios na cidade. Estabelecemos, dessa forma, um valor máximo, de modo que os inventários que estivessem abaixo desses valores entraram. O limite mínimo pensado foi imposto pela própria legislação, que dispensava do inventário parcelas mais pobres da população. Não estamos entendendo riqueza como substantivo que denote “uma grande profusão de bens”, mas apenas como os haveres de um indivíduo ou família. Para mais detalhes, ver a tese de doutorado de nossa autoria.

5. São Paulo, janeiro de 1885, informação inclusa / ATJSP, 2.O.E., Inventário, Processo 85, 1880.

6. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província*, o exm. sr. dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, em 2 de fevereiro de 1872. São Paulo: Typ. Americana, p. 44.

47,4% dos proprietários eram dos dois grupos mais pobres. Esses números mostram a difusão da propriedade de bens de raiz na cidade de São Paulo, entre as famílias de médios haveres, nas últimas décadas do século. Ao mesmo tempo, a maior porcentagem de não proprietários estava entre os mais pobres: 37,5%.

Uma vez sem o marido, sem o salário mensal, a viúva de Praxedes Guimarães se viu forçada a vender as duas propriedades para pagar a hipoteca. A única herança dos filhos foi a doação feita pelo credor dos juros atrasados, “em benefício dos órfãos”. Ela passou a criar seus filhos com as costuras e agências, mas em uma ocasião adoeceu e foi obrigada a retirar 200\$000 réis dos 500\$000 réis da poupança de seus filhos no Cofre dos Órfãos. Enfrentou ainda oposição do curador quando, tempos depois, por doença da filha, quis retirar mais dinheiro, mas ele acabou cedendo, justificando “sei, e é de notoriedade pública que a suplicante é extremamente pobre, e só com o seu trabalho sustenta os filhos [...] a pequena quantia que ainda resta nenhum futuro prepara para os pequenos”<sup>5</sup>.

Morar na chácara, ter uma casa alugada e ainda um salário mensal, configurava uma realidade que se tinha “desmanchado no ar”. Perder o imóvel (por vezes obtido apenas por dívidas) era bastante comum. Diversas famílias enfrentaram essa realidade no momento da feitura do inventário, sobretudo, como era de se esperar, entre os setores mais pobres da população, correspondentes ao primeiro e ao segundo grupos de riqueza. Tentativas de inserção social que não se efetivavam, que derrapavam ao encontro de uma dificuldade, de um imprevisto – uma doença, uma morte na família, ou a impaciência do credor.

Nesse período, a posse de bens de raiz caracterizava setores sociais muito diversificados – carroceiros, ferreiros, ex-escravos que viviam de agências, pequenos funcionários públicos, pequenos negociantes donos de tabernas, artesãos como marceneiros, relojoeiros – mas uma grande diferença se expressava no volume da posse. Claro que também havia diferenças nos tipos de imóveis e na localização.

Nas décadas de 1870 e 1880, São Paulo ainda era uma cidade com poucas construções suntuosas e demarcadoras de poder. Os edifícios religiosos e seus seminários pontuavam a paisagem da colina. Em 1872, o Sr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior assim resumiu o quadro:

A capital é paupérrima de melhoramentos e muito mais de melhoramentos condignos de sua categoria e importância. Faltão-lhe até edifícios para o regular serviço da administração. Funciona a Assembléia Legislativa Provincial em mesquinho recinto, fora das próprias condições que a decência exige a representação dos que nella desempenham o honroso mandato popular. Não existe edifício que sirva de quartel de polícia. Não ha sequer uma bibliotheca publica, nem casas apropriadas para o ensino primário. A Cadea está situada em um prédio, de proporções menos vastas do que se faz mister, velho, mal dividido e pessimamente situado<sup>6</sup>.

O presidente da Província não se intimidava em reclamar da situação da falta de prédios oficiais, próprios para a “representação”, e que fossem “condignos” da crescente importância da capital. Ainda uma cidade com ares de improvisada, mas que, como se vê na enfática fala do presidente, começava a incomodar setores sociais que iriam, em embates e composições, propor projetos e buscar modificações na sua feição. Esse processo não foi linear, nem unívoco, e não transformou a cidade de uma vez. De qualquer forma, as mudanças maiores viriam depois da Proclamação da República.

Candido Malta Campos chamou a atenção para a postura dominante na historiografia de enfatizar um crescimento linear e “etapista” para a cidade. A partir de periodizações estabelecidas e repetidas, de cidades que se teriam sucedido, a cidade de taipa, a cidade européia, a cidade modernista e a metrópole, num movimento contínuo e irreduzível do progresso, que passou até mesmo a fazer parte de uma construída identidade paulistana, via-se um nítido ímpeto transformador. Como afirmou, nossa “produção ideológica sempre tentou estabelecer uma imagem de coesão e consenso nesse quadro sacudido por descontinuidades”<sup>7</sup>.

Ao tabularmos as informações dos imóveis descritos nos inventários por nós pesquisados (274 processos), classificamos 1.112 bens, entre terrenos, chácaras, quartos, casas térreas, sobrados. O crescimento do número de imóveis de 1874-1882 para 1894-1901 foi marcante: 36,65%, ou 408 dos 1.112 imóveis, eram do primeiro período, enquanto 705, ou 63,34%, eram do segundo<sup>8</sup>. O número de proprietários também cresceu, de 114 inventários entre 146 na década de 1870 (78%), para 160 entre 183 inventários na de 1890 (87,4%).

Vejamos na tabela abaixo as áreas onde se concentravam as propriedades imobiliárias descritas nos inventários consultados:

Bens de raiz por freguesia e período

Freguesia	(1874-1882)	%	(1894-1900)	%	Total	%
Sé	135	35,9%	185	28,7%	320	31,4%
Sta. Efigênia	114	30,3%	233	36,1%	347	34,0%
Consolação	116	30,8%	162	25,1%	278	27,2%
Brás	11	2,9%	64	9,9%	75	7,4%
Total	376	100,0%	644	100,0%	1.020	100,0%

FONTE: inventários do 1º e 2º Ofício da Família, 1874-1882 e 1894 - 1901 / ATJSP.

O primeiro comentário que os dados suscitam é o da concentração dos investimentos nas regiões centrais; 1.020 dos 1.112 dividiam-se entre as quatro freguesias, sendo que apenas 7,35% deles estavam no Brás. Nas três freguesias mais urbanizadas e do lado esquerdo do rio Tamanduateí, e que são o objeto deste trabalho<sup>9</sup>, estavam 85% de todas as 1.112 propriedades. Trabalhamos com famílias que moravam nessas freguesias, mas não só, que também aí construíram suas casas de aluguel e compraram terrenos.

Aplicar o dinheiro em um imóvel foi estratégia muitas vezes escolhida, mesmo se isso implicasse a necessidade de pedir dinheiro emprestado, como os inventários tantas vezes registraram. Aqueles que não optaram por essa estratégia, por vezes até tiveram melhor padrão de vida. Ou seja, possuir um imóvel não necessariamente significava estabilidade. Mas viver de rendas era certamente posição cobiçada naquela sociedade, em especial por esses setores intermediários, tão sujeitos à instabilidade das conjunturas. Ser proprietário era também uma condição carregada de simbologia, um distintivo social, como tivemos oportunidade de discutir<sup>10</sup>.

7. Candido Malta Campos. *Rumos da Cidade, urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2002. p.18.

8. Na tese, pesquisamos papéis relativos a dois tempos: 1874-1882, e 1894-1901. Escolhemos tratar a cidade nessa época de transição, momento de convivência de ritmos e modos de vida. O intervalo foi estabelecido pensando em deixar um período de 15 a 25 anos entre os dois momentos, com o intervalo médio de uma geração. A população paulistana passou, entre 1872 e 1900, de 31.000 a 239.000 habitantes.

9. Concentramos a pesquisa nos inventários de moradores da região central da cidade, freguesias da Sé, Santa Ifigênia e Consolação. Eram as áreas mais urbanizadas, mais populosas, de urbanização mais antiga e de concentração de comércio.

10. Ver *Relações Sociais e experiência da urbanização, São Paulo, 1875-1900*, doutoramento, História, FFLCH, USP, 2003, capítulo 5.

11. Os valores limites dos grupos: o primeiro (entre 1874 e 1882) vai até 2:500\$000, o segundo 10:400\$000, o terceiro 40:000\$000, o quarto 90:000\$000 e o quinto 220:000\$000. Já entre 1894-1901: até 4:600\$000, depois 18:700\$000, em seguida 70:000\$000, 159:000\$000 e finalmente o teto final de 450:000\$000. Ainda dando alguns parâmetros sobre o limite dos mais pobres, para uma melhor idéia do que representavam dois contos de réis nessa época, um escravo de 17 anos, de serviço de roça, saía por 2:200\$000, um carro arreado de aluguel com seis animais por 1:800\$000 e uma casa térrea de porta e janela na Rua da Glória por 1:600\$000. Dados de livro de notas de 1878.

12. Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo (ATJSP), 2. Ofício da Família (OF), Inventário, Processo 843, 1883.

13. Henrique Raffard. *Alguns dias na paulicéia*. São Paulo: Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1977. v. 4, p. 62-63. 1a. edição 1899.

14. ATJSP 1. O.F. Inventário, Processo 2437, 1876.

15. Se Procópio falecesse no final do século talvez nem tivesse feito inventário. Para tentar esclarecer quais eram os montantes considerados pobres por aquela sociedade, em 1895, um processo de 200\$000 réis foi considerado pobre pelo juiz, e dispensado de partilha (ATJSP 2. O.F. Inventário, Processo, 1303, 1895); outro de 600\$000 feito em breve auto, dispensa-

Onde conseguiam comprar imóveis os mais pobres, do grupo um de riqueza<sup>11</sup>? O maior proprietário desse grupo entre 1874 e 1882 era o negociante com armazém João Antonio Tavares, falecido em 1881<sup>12</sup>. Tavares tinha duas casas térreas no Beco do Carandiru, Santana, e duas casas, um quarto e um terreno na Estrada do Morro de Santana. Todos os seis imóveis valiam 1:750\$000, o equivalente a uma casa térrea na Rua da Glória. Se, nessa época, a região da Luz começava a aumentar sua densidade populacional, a área de Santana era ainda um pequeno povoado, rural, que cresceu por estar na estrada para Bragança, saída para Minas. Na antiga Fazenda Santana fora estabelecido um núcleo de colonização em 1877-78, com a vinda de 33 famílias de italianos, austríacos e alguns franceses<sup>13</sup>.

O africano Procópio Fernandes da Costa<sup>14</sup>, falecido em 1876, tinha uma casa térrea na estrada para Santo Amaro, no Caguassu, e uma sorte de terras no Lavapés, na saída para Santos, e valiam ambas 280\$000 réis<sup>15</sup>. Sua propriedade no Lavapés dividia "com Mariano de Tal, conhecido como Mariano do Furtado", indicando provavelmente tratar-se de ex-escravo, pelo "do Furtado". Ali no Lavapés era também região onde forros, libertos e negros livres conseguiam adquirir pequenas propriedades<sup>16</sup>.

Enquanto no primeiro período o preço de um bem variava entre 30\$000 réis por uma casinha velha no morro do Caguassu, passando por ampla gama de valores (50\$000 réis, 150\$000 réis, 400\$000 réis, 600\$000 réis, 1:000\$000 réis, etc.) até chegar aos três contos, no segundo período só apareceram duas casas por menos de um conto (sendo uma delas 900\$000 réis).

Ao que tudo indica, nesses 25 anos, o acesso já se tornava mais restrito: 3,2% das propriedades estavam nas mãos das famílias do primeiro grupo, enquanto antes eram 6,3% (igualmente pouco, mas quase o dobro). No outro extremo, o quinto grupo, o mais rico<sup>17</sup>, cresceu: passou do domínio de 14,2% do mercado no primeiro momento, para concentrar 25,8% de todos os imóveis arrolados nos últimos anos do século XIX.

Entre os 1.112 imóveis classificados, 678 eram casas térreas, e apenas 82 eram sobrados – uma diferença gritante. Além das casas, havia 192 terrenos, 29 chácaras, 53 quartos, ou imóveis de uma só dependência.... mas fiquemos nas casas. A proporção entre o número de casas térreas e sobrados foi exatamente a mesma em ambos os períodos, 10% de sobrados contra 90% de casas térreas. Sendo assim, podemos imaginar que passear na cidade de São Paulo, nos 25 anos finais do século, era ainda andar cercado de casas térreas, e vez por outra ter o horizonte modificado por um sobrado. Em apenas algumas ruas centrais ter-se-ia a sensação da mudança de perspectiva, com uma maior concentração de casas de dois andares, e até algumas de três. São Paulo era uma cidade muito horizontal, basicamente de casas de um só pavimento.

Casas ainda, em sua maioria, construídas no alinhamento, com suas janelas e portas abrindo para a rua.

Duas senhoras na Rua do Imperador

A procissão dos Passos da Quaresma de 1877 foi comemorada como uma despedida. Aquela seria a última vez que o cortejo rezaria aos pés dos

oratórios montados nas casas de moradores da cidade. A partir de 1878, fariam as paradas nas igrejas. Como se tratava de tradição antiga, tudo foi organizado meticulosamente. D. Lino Deodato de Carvalho, 8º bispo de São Paulo, acompanhou a procissão atrás do púlpito, e junto do presidente da Província Dr. Sebastião José Pereira, seguidos pela oficialidade dos diversos corpos militares e da guarda de honra, com bandeira e banda de música<sup>18</sup>.

Seria também a última vez que dona Carolina Amália da Silva Rangel enfeitaria o seu oratório com flores, caprichando no manjerição, na murta e nos arbustos, e iluminando-o com velas de cera. A sua casa na Rua do Imperador era o local da quinta parada, sucedendo à do barão de Iguape na Rua Direita, a de D. Maria Benta na Rua da Boa Vista, a do comerciante Celestino Bourroul na Imperatriz, e finalmente à casa de D. Ana Oliva na Rua do Carmo, a primeira parada<sup>19</sup>.

D. Carolina também não ficou muito mais tempo nesta casa da parada da procissão<sup>20</sup>. Ao morrer, em 1881, estava morando com a irmã, D. Clementina da Silva Rangel, na Rua Nova do Hospício, na beira do rio Tamanduateí, esquina da Rua dos Carmelitas, dando fundos para o convento. Mudara de casa, mas não se distanciara do universo religioso, sendo vizinha do convento e irmã da Venerável Ordem Terceira do Carmo. Era viúva do major João Vicente Pereira Rangel, que tinha sido funcionário público do Estado. A única filha do casal também já tinha morrido. A casa em que moravam as irmãs era térrea, de taipa, tinha quatro portas de frente, quintal, e dividia pelo lado direito com quartos de aluguel de João Pedro Cunera. Precisava de reparos, pois algumas paredes estavam “descidas”.

D. Carolina Rangel mantinha também uma escrava de 64 anos, Delfina, cozinheira, solteira, que alforriou em testamento. Seu patrimônio era composto pela casa, avaliada em cinco contos (mas a parte dela era apenas de 400\$000), os móveis e prataria de 683\$310 e o principal investimento, uma dívida ativa de mais de 21 contos, garantida por hipoteca, para o capitão Antonio Joaquim Pinheiro, com os baixos juros de 8% ao ano, pagáveis mensalmente. Ela recebia cerca de 140\$000 mensais, um rendimento que podia garantir a sua sobrevivência<sup>21</sup>.

Os móveis da casa eram tradicionais, com alguns itens diferenciados (como uma mesa de jogo), e diversos dos objetos foram depreciados como sendo de qualidade “ordinária”. A mobília da sala era composta de mesa redonda, sofá, três consolos e 12 cadeiras, e foi avaliada por baixo preço. Tinha espelho com moldura dourada, relógio de parede, um par de escarradeiras, e um tapete pequeno<sup>22</sup>. Tinha também três bacias de banho de cobre, louças (pratos pintados, xícaras, pratos cobertos, travessas, sopeira, molheira), latas para biscoitos, caixão para mantimentos e cálices de cristal. Como morava nos limites da cidade, em frente ao rio, sua casa talvez enfrentasse inundações. Convivia cotidianamente com as lavadeiras, que desciam às baixadas do Carmo para lavar roupas de seus clientes, com as crianças que vinham brincar, os pescadores, e os caipiras que chegavam do Brás e se encaminhavam para o mercado. Morava também praticamente em frente ao hospício, área que sofrera intervenção nos anos 1870-80<sup>23</sup>. Tinha por vizinhos inquilinos de quartos, famílias e pessoas pobres, que podiam dispor de 10\$000 réis ou 15\$000 réis por mês para o aluguel (a diária de um pedreiro era em torno de 2\$000 réis). D. Carolina Rangel teve duas vivências bastante distintas da cidade, uma ao lado do rio, a outra ao lado da Sé.

do de custas (ATJSP.2.O.E, Inventário, Processo, 1310, 1895); para outro de 2:100\$000 foi determinado arrolamento, sem partilha mas com cobrança de custas (tinham um pequeno sítio, carro velho e bois carreiros em Santo Amaro, ATJSP, 2.O.E, Inventário, Processo, 1311, 1895). Se a família tivesse menos de um conto nos seus últimos anos do século, era considerada pobre, até dois contos era dispensada de partilha.

16. A historiadora Maria Cristina Wissembach também documentou a concentração de grupos de libertos na área do Lavapés e Marco da Meia Légua, ver *Sonhos africanos, vivências ladinas, escravos e forros no município de São Paulo, 1850-1880*. São Paulo: Hucitec / História Social - USP, 1998. p. 136.

17. O limite máximo do grupo mais rico na década de 1870 foi de 220:000\$000 réis, enquanto no final do século foi de 450:000\$000 réis. Vale a pena mencionar o valor de algumas das maiores fortunas das últimas décadas do século XIX. O Barão de Itapetininga deixou 7.011:724\$342 em 1877; Luis A. Souza Barros deixou 1.086:435\$300 em 1887; o Barão do Tietê deixou 806:047\$183 em 1877; D. Georgina da Cruz Tamandaré Teixeira deixou 1:109:948\$000 em 1892, não estando inclusa nesse valor a maioria dos bens, que ficou para sobrepartilha.

18. Antonio Egidio Martins. *São Paulo Antigo (1554 a 1910)*. São Paulo: Conselho Estadual



de Cultura, 1973, p. 50. (Coleção História, 18, IMESP).

19. Antonio Egidio Martins. *São Paulo Antigo...* p. 50.

20. As procissões foram descritas pelos memorialistas como sendo dos momentos áureos da vida e da sociabilidade em São Paulo. Os memorialistas falam também da decadência das procissões e da diminuição do seu número no final do século XIX. Mas Jorge Americano ainda relata toda a teatralidade da procissão dos Passos na Semana Santa, nos anos finais do século. Jorge Americano, *São Paulo naquele tempo, 1895-1915*, p. 268-269; Antonio Egidio Martins, *São Paulo Antigo*, passim; Maria Paes de Barros, *No Tempo de Dantes*, passim; Francisco de Assis Vieira Bueno, *A cidade de São Paulo*, p. 32-33.; Ernani da Silva Bruno, *História e tradições de São Paulo*, passim.

21. ATJSP, 2.O.F., Inventário, Processo 814, 1881.

22. Pode-se dizer que os móveis de D. Carolina eram tradicionais pela presença das escaradeiras, da mobília com cadeiras e sofá (certamente de palhinha), da ausência de porcelanas ou jogos de prata. Para uma interessante análise de móveis em inventários portugueses ver: Nuno Luis Madureira. *Cidade: Espaço e cotidiano, Lisboa, 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 151-238.

23. O Hospício foi inaugurado em maio de 1852, na Rua de São João, mas

Como era a vida da outra senhora?

Na manhã do dia 24 de outubro de 1898, o médico Dr. Henrique Thompson saiu de sua residência na Rua da Liberdade, 35, passou pelo Largo da Liberdade e pelo Largo 7 de Setembro, subiu a Rua da Esperança, dobrou na Rua do Teatro à esquerda e, logo em seguida, à direita, chegando à Rua Marechal Deodoro, onde tinha seu consultório. Seu trajeto diário, que não lhe tomava 10 minutos, acabaria de forma inesperada. Em vez de instalar-se em seu consultório para esperar os pacientes, tornou a sair, dirigindo-se à delegacia. Pois encontrara o corpo de D. Maria das Dores Jesus Viana<sup>24</sup> estendido no chão. O médico tinha consultório em duas salas da parte da frente da casa dela, na Rua Marechal Deodoro, 20, antiga Rua do Imperador, e a encontrara caída, já morta, na cozinha. Segundo o médico, ela falecera há algum tempo, talvez entre os dias 20 e 23 de outubro.

A casa de D. Maria das Dores era simples, segundo anotaram os avaliadores: “de construção antiga, com uma porta e uma janela na frente, onde mede 4,70m por 25,70m de fundos, confinando ao lado esquerdo com o prédio n. 18, de propriedade ignorada, ao lado direito com prédio n. 22, também pertencente a pessoa desconhecida”, avaliada por 12 contos. Tinha área total de 120m<sup>2</sup>, com cinco cômodos, cozinha e quintal. Para o médico, “especialista em moléstias de senhoras, partos e sífilis”, ela alugava dois cômodos, ficando com outros três, mais a cozinha. D. Maria das Dores Vianna morrera com mais de 70 anos, não deixando herdeiros. Apesar de Dr. Henrique Thompson afirmar que ela mencionara haver feito um testamento, as autoridades nada encontraram. Ela morava sozinha, e sozinha também morrera – ninguém sentira falta dela antes? A casa e os móveis foram vendidos e o dinheiro encaminhado ao Cofre do Estado, para aguardar o prazo determinado no caso de ocorrer alguma habilitação de herdeiros. Mas ninguém apareceu, assim como ninguém deu mais informações sobre a vida dela, de quem era filha, onde nascera. Também as autoridades nada investigaram – nem sequer os nomes dos vizinhos procuraram saber.

Surgia um outro tipo de vivência urbana, diferente daquela experimentada por D. Carolina Rangel, anos antes. A começar pelos vizinhos, descritos naqueles inventários. Sobre os vizinhos de ambos os lados de D. Maria das Dores, nada consta. Solteira, idosa, arranjara sua sobrevivência alugando dois cômodos da sua casa e, ao que tudo indica, também fazendo doces ou quitutes para vender. Era bastante religiosa e gostava de caixinhas de música. Apesar de viver relações sociais já mais esgarçadas, distanciadas, de uma cidade em mudança, seus objetos mostram um tipo de vida característico não da cidade republicana, rica do café, mas de outras vivências, de outros tempos.

Ultrapassando os dois cômodos bem arranjados e organizados da frente da casa, para uso do médico (arrumados com móveis dela), já a partir do corredor, todo um outro universo se descortinava. No assim chamado “corredor”, os avaliadores encontraram: bules de ágata, nicho-presépio, louças e talheres, caixas, quadros de santos, figuras de gesso, velas de composição e alguns tacos de velas de cera, livro de missa, espelho redondo com pés, três cômodas, caixas de música, vassoura de lavar a casa, copo com moringa. No quarto do corredor (alcova), mais mistura e profusão de objetos: salva redonda, balaio com carretéis de linha, bocetas, cômoda com gavetões, dois oratórios com imagens, sete vassouras novas, marquesa de pau, dois colchões velhos, quatro balaies pequenos com roupas imprestáveis, quatro pares de chinelos novos, latas redondas, cesta

de vime, bacia de ágata, bacia de louça, 17 canequinhas para café, compoteira, copos, 13 cálices, bandejas, escarradeiras, pratos, cinco peneiras, caçarolas, baús de folha com roupas usadas, urinóis, e os surpreendentes "18 quadros de santos, quatro ditos feito nichos, 26 quadros com santos, quatro ditos com retratos", totalizando 52 quadros em um só cômodo!! E etc, etc. Na sala de jantar, nada daquela cena esperada, de mesa, cadeiras, guarda-louça, talvez uma marquesa, uma máquina de costura. Ali havia talheres de diversas qualidades, par de botinas usadas, pares de luvas de algodão, caçarolas, chocolateira de ferro, *mantelette* preto, oito cadeiras de palhinha envernizadas, dois bancos de madeira, sete colheres grandes de pau, uma rede com seus pertences, latas com diversos alimentos (farinha de milho, café, polvilho), 23 tocos de velas de cera, vidro com erva-doce, 16 latas de assar biscoitos, dois espelhos, cinco balaies de vime de diversos tamanhos, uma lata com 30 panos para pratos, bacias, pacotes de sabão, saia de algodão, travesseiros, pacote de rendas, um par de tamancos de senhora, dois chales de lã pretos, chaleira de ágata com milho, cinco velas de sebo, duas canastras de couro, pratos de pó de pedra, cobertor de lã novo, mesa envernizada com duas gavetas e muito mais. Na cozinha havia monte de lenha, seis tachos de cobre, diversos pesos, pilão velho, boiões grandes, garrafões, ralo de folha, caçarolas de ferro, frigideiras. E, no quintal, grande quantidade de lenha.

Assim era a casa de D. Maria das Dores Vianna, ao pé da Sé, no final do século XIX. Pelas diversas latas de assar biscoitos, tachos de cobre, colheres de pau grandes, e os boiões<sup>25</sup> grandes, sem falar nos inúmeros panos de prato e nos balaies de vime, podemos pensar que D. Maria fazia doces para vender, assava biscoitos de polvilho, e sabe-se lá que outros quitutes. Tinha também algum capital, pouco mais de dois contos que, em vez de emprestar, como fizera D. Carolina anos antes, depositara em uma caderneta na Caixa Econômica.

E quantas vassouras! E será que D. Maria dormia na rede, na sala de jantar (pois nesse mesmo cômodo havia travesseiro e cobertor), ou mesmo na alcova, na marquesa com colchão, junto dos inúmeros copos, baús, caçarolas, e quadros? Não há como saber, pois diante de tanta mistura de tipos de objetos, da absoluta falta de "especialização", da personalidade que tinha aquela casa, com a arrumação dela, com uma linguagem própria, fica difícil saber. Eram arranjos quase indecifráveis.

Muito significativas também foram as descrições das velas. A diferenciação dos tipos de velas: as de sebo e as preciosas velas de cera – das quais se guardavam cuidadosamente os tocos – e foram contabilizados um a um! A cera continuava sendo algo raro (no almanaque de 1878 ainda se vê que as irmandades tinham o cargo de tesoureiro da cera)<sup>26</sup>. Usar velas de cera no velório era sinal de cuidado e apreço.

Para o velório de D. Carolina Rangel, em 1881, foi montada uma armação na casa, com merinó e alpaca, vestiram-na com touca branca de seda, o hábito do Carmo, e acenderam seis velas de cera. Tudo como mandava o figurino. Deixar uma vela de sebo queimando na noite do velório não dava boa impressão (nem bons cheiros...). Já D. Maria das Dores não teve velório em 1898. Como velar pessoa morta há tantos dias? Não teve as velas de cera queimando, nem a reunião dos vizinhos e conhecidos, nem as missas por sua alma, mesmo tendo sido tão religiosa. Sua morte foi solitária, sem ritual, não foi sentida, nem notada. Talvez uma forma de morrer já condizente com novas práticas que surgiam.

foi transferido em março de 1862 para o prédio da Tabatinguera, que tinha servido de Seminário de Educandas. O prédio sofreu grandes reformas em 1871. Em 1873, com a demolição de uma casa e com obras no rio, o hospício ganhou "vasto e espaçoso largo", ficando muito menos sujeito à umidade. Antonio Egídio Martins, *São Paulo Antigo* [...] p. 58-59.

24. ATJSP, 2.O.E, Inventário, Processo 1522, 1898. D. Maria das Dores de Jesus Vianna.

25. Vaso bojudo de barro, de boca larga, usado para guardar doces, conservas, etc.

26. *Indicador de São Paulo, administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878*. Organizado por Abílio A. S. Marques, Typ. Jorge Seckler, 1878. Edição facsimilar, São Paulo: IMESP, 1983. p.135-136.



27. Foi na gestão do barão de Duprat (1911-1914) que foi iniciada a reurbanização do Largo da Sé, ocasião em que foram demolidas duas igrejas: a antiga Igreja da Sé e a de São Pedro dos Clérigos. Os quarteirões que ficavam entre as duas ruas que ligavam o Largo da Sé ao Largo de São Gonçalo foram demolidos, tendo desaparecido as Ruas da Esperança e Marechal Deodoro (Imperador). Benedito Lima de Toledo, *Prestes Maia e a origem do urbanismo moderno*, São Paulo: Empresa das Artes, 1996, p. 87. Candido Malta Campos retoma os debates entre as propostas para a construção da nova catedral que evidenciam concepções urbanísticas diferentes, uma defendida por Vitor Freire e Bouvard, medievalizante, preferia o enquadramento da igreja em espaço mais fechado, já a concepção vencedora achava que a catedral da cidade pedia amplas perspectivas e espaços abertos. *Rumos da Cidade*. São Paulo: Senac, 2002. p. 183.

28. ATJSP, 2.O.E., Inventário, Processo 1541, 1899.

29. ATJSP, 2.O.E., Inventário, Processo 1546, 1899.

30. ATJSP, 2.O.E., Inventário,

Catorze anos depois, caso algum desavisado quisesse passear pela rua, ou sair pelo sul da Sé para chegar na Liberdade, encontraria um vasto espaço aberto. A Rua do Imperador desaparecera para o alargamento da Praça da Sé, em 1911<sup>27</sup>.

## Casinhas para lá do rio

Na rua do Hospício, n.60, na casa em que morava e mantinha um negócio de molhados, morreu o negociante espanhol José Fernandes de Castro, em 1899<sup>28</sup>. A casa ficava na esquina da Ladeira da Tabatingüera, na beira do Tamanduateí, em frente ao hospício, perto de onde vivera, anos antes, D. Carolina Rangel. Ali era possível encontrar vinho, aguardente, Fernet, vinho do Porto e até cerveja preta Guinness. Além das bebidas, havia velas, querosene, vassouras, latas de sardinha e de azeitonas. Era uma casa de molhados simples. No interior do negócio, uma armação de balcão grande, pedra mármore e grade. José Fernandes de Castro morreu viúvo, sem filhos de seu casamento. No entanto, deixou dois legitimados, Cristiano e Luiz Gonzaga, filhos de D. Rita Maria de Cássia, solteira, alfabetizada, e moradora na Ladeira da Tabatingüera, 49, bem próxima da casa de José Castro.

Ele, como outros remediados de setores médios da sociedade paulistana, tinha pequenas casinhas de aluguel. Eram casas térreas, duas na Ladeira da Tabatingüera, e quatro atravessando o rio, na Rua da Mooca, freguesia do Brás. A casa em que morava e mantinha o armazém de molhados era alugada por 80\$000 réis mensais.

José de Castro tinha o armazém no pé da colina, antigo limite da cidade. De todo modo, aqueles que parassem no balcão para tomar um copo de vinho ou de aguardente, ainda observariam o rio, o barulho das águas ou das lavadeiras. Servia aos que saíam ou entravam na cidade velha, aos que iam passear na várzea ou que voltavam do mercado para ir em direção ao Brás. Ou, ainda, que vinham do Brás para subir a Tabatingüera, ou que se dirigiam à estação da Central do Brasil. Nessa altura, o Brás já estava bastante ocupado. Seus fregueses certamente eram dali e dos arredores da Tabatingüera. José de Castro teve o cuidado de investir seu dinheiro em casinhas na mesma região. As casinhas no Brás eram já fruto de um crescimento pelo qual o bairro vinha passando. Tinham porta e janela, forradas e assoalhadas, uma com seis e as outras com cinco cômodos, medindo na média 5 X 38m, ou 190m<sup>2</sup>. Porém duas delas eram alugadas por partes, sala e alcova para uns, o resto para outros. José de Castro morou e trabalhou nessas imediações, investindo e circulando nos dois lados da várzea.

Na 25 de Março, nessa época, também morava e trabalhava o português José Bento Rodrigues<sup>29</sup>, negociante com armazém de “gêneros da terra” no mercado municipal. Além do armazém, José Bento tinha também casas no Brás, da mesma forma que o espanhol José Fernandes de Castro. Eram três casas, todas na Rua D. Maria Domitila, só que duas delas eram cortiços. Uma tinha armazém de frente, entrada ao lado por um portão que dava acesso aos quatro quartos independentes forrados e assoalhados, e na outra o acesso aos nove cortiços também se fazia por um portão lateral. Ambas eram “construções de terceira classe”.

Na Rua D. Maria Domitila, era também proprietário na mesma época Manuel Alves de Oliveira, falecido em 1897<sup>30</sup>, morador nessa rua (em casa com sala de visita, alcova, cozinha e um quarto, com oito galinhas e um galo), onde tinha mais quatro casas, sendo uma com oito cortiços, cada um de uma porta e um quarto. Rosalina de Oliveira Ribeiro, mineira, viúva, era proprietária de duas casinhas de porta e janela próximas às dele, e Maria de Tal, conhecida como Maria quitandeira, era proprietária de outra casinha na mesma rua. A Rua D. Maria Domitila tinha diversos cortiços e casas simples de porta e janela<sup>31</sup>.

José Bento apostara diretamente no mercado para as populações pobres que São Paulo não parava de receber. E também na região do Brás, bairro onde os terrenos eram ainda mais baratos e que crescia rapidamente.

### A taipa com a janela de vidraça

Quem morreu em 1880, terá vivido a maturidade nas décadas de 1840 e 1850, e convivido só no final da vida com uma cidade de 30 mil habitantes, com as ruas iluminadas à noite e com o bonde. E terá visto apenas o início da expansão da cidade, mal chegando, por exemplo, a conhecer os Campos Elíseos (loteados entre 1879 e 1881). Para esses, a experiência urbana era marcada por um cotidiano de intimidade com o universo rural, seja indo até o Piques e encontrando os caipiras, seja passando a ponte do Carmo e chegando às chácaras do Brás, ou indo passarinho, nadar nos rios, ou comendo a galinha do quintal, vendo e ouvindo os carros de boi passarem nas ruas do centro.

Já os falecidos em 1900 conviveram com uma cidade que passou de 44 mil habitantes, em 1886, para mais de 200 mil; viveram doze anos sem a escravidão, e desfrutaram da iluminação noturna por vinte e oito anos. A experiência urbana dessas pessoas já era bastante diferente. Vivenciaram o crescimento da malha urbana, viram o surgimento de inúmeros bairros e edifícios novos. Andaram por uma cidade em obras, cheia de pessoas trabalhando, e com um trânsito já confuso.

Interessa saber como a moradia das camadas médias urbanas se transformou ao longo das últimas décadas do século XIX. Vimos nos inventários da década de 1880 a predominância das casas térreas: de porta e janela, de porta e duas ou três janelas, de parede de mão, com ou sem quintal. Já começavam a aparecer as casas de tijolos, os quintais fechados por muros de tijolos e, de vez em quando, um poço com bomba. Como estágio de transição entre a simples casa térrea e o sobrado, destacavam-se as casas térreas de dois ou três lanços<sup>32</sup>. No exame dos documentos, o sobrado mostrou-se sempre bem mais valioso e, embora não fosse exclusividade da "elite", possuí-lo já indicava uma diferenciação significativa, como pudemos observar na análise das faixas de riqueza que estabelecemos. Isso ficou explícito nos móveis da família, no valor despendido com o enterro<sup>33</sup> e nas outras propriedades do espólio. Raramente consta apenas um sobrado como bem de raiz. Lá estarão pelo menos mais uma casa de porta e janela, alguns quartos ou um terreno com poço e telheiro. Em 1900, os sobrados também só apareceram nos grupos mais altos da estratificação social.

Os inventariados com os quais tratamos lidaram com uma cidade onde a simplicidade de soluções arquitetônicas era a regra; as casas eram de taipa,

rio, Processo 1445, 1897. Processos do Brás.

3.1 Ao que parece, a Rua D. Maria Domitila era recheada de casinhas pequenas e de cortiços. Em inventários de moradores na região do Brás entre 1895 e 1900, vimos diversas construções desse tipo na rua. O processo citado é o 1.298, de 1895, de Rosalina de Oliveira Ribeiro, mineira que morreu viúva, deixou um filho legítimo de seu casamento e mais três naturais, havidos depois que seu marido morreu. No seu inventário aparece a vizinhança com Maria de Tal, conhecida como Maria quitandeira. Esses processos não estão incluídos no corpo da pesquisa de 329 inventários; foram levantados à parte para podermos tomar conhecimento com as populações do bairro.

32. Segundo o *Dicionário de Caldas Aulete*: "(Constr. e archit.) A extensão do panno de um muro, de uma parede, de um entrincheiramento; comprimento da fachada de um edifício./ Série ou correnteza de casas [...]" ; No de Moraes: "[...] a longura do panno do muro, da parede, da trincheira".

33. Os rituais do enterro e do funeral, que além de tudo eram públicos, pareciam cumprir um papel importante para assegurar um certo tipo de *status* social e de diferenciação de classe (assim como os sobrados). Quem morava em sobrado, em geral tinha enterro mais caro. Os gastos com enterro aumentaram no final do século, apontando para uma mudança nas práticas sociais, nesse

intervalo de uma geração. Na nova configuração social, era preciso morrer de forma diferente. Chamam a atenção, sobretudo, os valores do quinto grupo, que saltaram de uma média de 385\$084 réis para 1:402\$000 réis no final do século. Quais eram as diferenças entre os rituais, por que os enterros ficaram tão mais caros? A grande diferença estava nos mausoléus, nas esculturas de mármore, nos túmulos que passaram a ser encomendados. Eram dinâmicas de mudanças, eram práticas que conviviam. Ser conduzido ao cemitério à noite, por pobres, em caixão de segunda, acompanhado pelos irmãos da irmandade e alguns familiares, um dos padrões vigentes do morrer naquela época, convivia com os enterros levados por caros coches, ricos caixões, e túmulos mais caros ainda.

34. Eudes Campos. *Arquitetura Paulistana sob o Império*. Tese de doutoramento apresentada à FAU-USP, 1997, p. 302.

35. Paulo César Garcez Marins. *Através da Rótula, sociedade e arquitetura urbana no Brasil, sécs. XVII-XX*. São Paulo: Humanitas, 2001.

36. ATJSP, 2.O.E., Inventário, Processo 807, 1881.

construídas no alinhamento, e a casa térrea dominava a paisagem. Viveram também em uma cidade que teve o mercado imobiliário muito aquecido, o que de certa forma provocava uma nova distribuição espacial, principalmente da população que habitava na região central, em volta do triângulo. Se, no início do século, viam-se mulheres remediadas ocupando sobrados nas ruas nobres do centro, essa situação passou a ser cada vez mais rara. Lidamos com um período em certos aspectos limítrofe: há ainda vazios enormes na cidade, podemos ver a ocupação de bairros com a urbanização das chácaras e, ao mesmo tempo, acompanhar o movimento dos proprietários da área central, com o início da pressão mais forte exercida pelo encarecimento do solo urbano, resultando numa estratificação social mais evidente. As novidades arquitetônicas acompanhavam o ritmo e a escala de transformações da cidade, as casas recuadas já apareciam nesse período, mas apenas nas áreas recém-urbanizadas. Era um movimento conjunto que englobava a reorganização social com os novos moradores, o aumento da malha urbana e os novos usos da construção.

O interessante está na junção dos modos: a casa recuada com portão de entrada lateral e a mesma divisão interna da casa tradicional, a casa de taipa com a varanda de tijolo e a janela de vidraça. Ou ainda a casa simples de taipa com janela de vidraça, como a avaliada em 1879, na Rua do Carvalho, ainda sem número, de porta e janela, de taipa, e com vidraça. A casa era do carroceiro Marcelino Alves da Cruz, que morava na Rua dos Bambus, 14, em imóvel de duas portas e duas janelas, com cocheira, de dois lanços, também de taipa, e tinha ainda uma casinha na Rua Amador Bueno, ambas com vidraça. Marcelino prestava constantemente serviços à prefeitura, ganhando uma diária de cerca de 4\$000 réis para levar pedras, areia, e o que houvesse.

Como as avaliações eram tão sumárias, o fato de a descrição de detalhes como a vidraça estar presente, quando quase não se falava do material da casa ou do número de cômodos, significa que essa era uma informação relevante, que merecia registro por ser uma particularidade. Saint Hilaire notara vidros em alguns sobrados em 1819, mas a maioria das construções mantinha as rótulas; Debret, em 1827, mostrou os sobrados providos de porta janelas à francesa, com bandeiras<sup>34</sup>. A foto da Rua Alegre, de Militão, em 1862 revela um sobrado com janelas com caixilhos de vidro, mas esse material só começaria a entrar de maneira mais generalizada depois da ferrovia, com as facilidades de importação. Eram as novidades no modo de fazer entrando paulatinamente, evidenciando nesse caso uma nova preocupação com a vedação das janelas, na época em que as rótulas eram proibidas. Mudanças de um tempo em que um novo sentido de vida privada começava a entrar em discussão<sup>35</sup>. A diferenciação social expressava-se nos sobrados situados nos lugares nobres, no centro velho, ou nas sedes das chácaras, nos arredores da cidade. As mudanças na forma de construir e o processo mesclado que começava a ocorrer nesse período também se faziam presentes: os tijolos, a casa recuada do alinhamento, os jardins mesmo nas casas térreas, o portão lateral, a casa térrea com canos de cobre, a casa térrea assoalhada.

O Dr. Diniz Augusto de Azambuja tinha se mudado para uma chácara na Rua do Ipiranga, para aí morar como inquilino, alugando sua casa assobradada na Rua Alegre<sup>36</sup>. Quiseram uma rua mais nova, em área mais

afastada, recém-arruada. Área nova, mas, no entanto, residiam em casa de programa tradicional, como podemos ver pela descrição dos móveis, que é feita por cômodo: sala de visita, alcova, "salita" da frente, segunda alcova, sala de jantar, dormitório e cozinha. Foram essas as peças descritas e onde o avaliador encontrou móveis. Visualiza-se o arranjo de cada cômodo: o piano envernizado de preto ficava na sala de visita, junto com a mobília de óleo, um quadro, castiçais de prata lavada, caramujos como enfeites de mesa. O Dr. Diniz era natural de São Paulo, filho do tenente Luiz Ignacio de Araujo Azambuja. Formado bacharel pela Faculdade de Direito, era funcionário público e tinha dois vencimentos ao morrer: o de chefe de seção aposentado da Secretaria do Governo e o de oficial guarda-livros da Faculdade de Direito<sup>37</sup>, cargo que exerceu até a morte. Deixou a viúva e 11 filhos, sendo a menor de 13 anos. Tinham também três escravas, cozinheiras e de serviço doméstico. Mas a principal fonte de renda do Dr. Diniz eram os aluguéis dos diversos bens de raiz da herança.

Com a entrada em cena do palacete, a diferenciação social ficaria muito mais gritante. Nesse quadro, vemos que uma casa recuada de três janelas com portão, apesar de térrea, já era diferente de outra de uma porta e duas janelas de frente; mas em todo caso, estão ambas igualmente distantes do palacete. Os primeiros palacetes começariam a surgir na década de 1870, mas a grande maioria seria construída na última década do século, muitos encomendados ao escritório de Ramos de Azevedo. Os primeiros e quiçá mais elegantes palacetes da cidade foram o do barão de Piracicaba II de 1876, e o de D. Veridiana Prado, de 1884.

Para os inventários de 1880, pensando nos imóveis destinados a moradia, delinea-se o quadro exposto a seguir. No *primeiro grupo*: casas térreas, de taipa ou tijolo e pau-a-pique conjugados, de um lanço, de uma porta e uma janela ou uma porta e duas janelas, e em sua maioria em construção. No *segundo grupo*: apenas casas térreas, mas já aparecem esporádicas variações como: "com um portão de entrada no centro, sendo a casa recuada, três portas na frente, com grande quintal tendo até poço d'água e algumas árvores frutíferas", e as de um lanço, uma porta e duas janelas, que constituem ainda a grande maioria. No *terceiro grupo*: ainda casas térreas mas com mais diferenciações: "térrea com quatro janelas de vidraça e uma porta no centro, forrada e assoalhada". Também aparecem casas térreas de seis, cinco, e três janelas e portão de entrada com quintal, e ainda as de um lanço, uma porta e duas janelas, solução neste caso adotada para as casas de aluguel. Entre os 132 imóveis possuídos pelo grupo três de riqueza (não apenas os de moradia), apareceram quatro sobrados. No *quarto grupo*: apareceram finalmente de forma mais significativa os sobrados, concentrados sobretudo na região central, mais tradicional da cidade (foram 16 sobrados, todos na Sé). No *quinto grupo*: opção para moradia eram os sobrados em chácaras na região da cidade nova.

Em 1900 o quadro já era mais complexo. Entraram mais variações como, por exemplo, o gradil e o portão de ferro, a casa recuada com jardim na frente, a entrada lateral. Passaram a constar dependências nas casas como tanque para lavar roupa, latrina, forno para pão, depósito para lenha. A prática de investir em imóvel se consolidava entre esses setores: quanto mais renda, maior número de casas para aluguel.

38. ATJSP, 1.O.E., Inventário, Processo 2.462, 1880.

39. ATJSP, 2.O.E., Inventário, Processo 838, 1884.

40. Carlos Lemos. *Cozinhas etc.* São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 163-164, 167.

A casa que era feita para o aluguel já previa a necessidade do ganha pão caseiro, alternativo. Aparecem assim casas com forno para quitandas, o telheiro para montar oficina. Sem dúvida que o forno para quitandas podia ter uso caseiro, ademais também apareciam nos sobrados. Mas, diante do quadro da difícil inserção social, ter o forno para quitandas seria um atrativo para uma família de pequenos negociantes, ou uma família de um pequeno funcionário público, para obter um complemento na renda. E, em larga escala, eram construídas casas com sala de negócio na frente.

Quanto à questão da divisão interna das casas, ou seja, o número de cômodos, a distribuição e as dependências, a dificuldade está na descrição lacunosa que os inventários de 1880 trazem. Em um inventário de 1880 temos a seguinte descrição:

uma casa térrea, de um lanço, duas janelas, uma porta ao lado, com uma sala, alcova, varanda, cozinha e despensa, forrada e assoalhada e bastante estragada, tendo uma pequena área, [...] na travessa do Largo do Paissandu, 5<sup>38</sup>.

Em outro, de 1884, "uma casa térrea com uma porta e duas janelas, com um *terreno anexo* medindo 12m 20cm, casa tem competente quintal arborizado, com muro de tijolos; com sala, alcova, varanda, contra-alcova e cozinha, em bom estado, [...] na Rua Sebastião Pereira, 21"<sup>39</sup>.

Temos apenas seis inventários desse período que trazem indicação do número de cômodos e quatro com descrição interna das casas. Significativamente, as duas descrições internas indicavam um agenciamento tradicional da casa paulistana, mostrando que, ainda em 1884 (e essa casa estava em região nova), já com a ferrovia, os novos materiais e a imigração, o fazer da colônia sobrevivia. Eram casas da tipologia dominante nos inventários (porta e duas janelas, ou porta e janela), o que nos dá a idéia de onde a maioria das famílias com as quais lidamos vivia, ou como construía; com pequenas modificações como, por exemplo, a dispensa no lugar da contra-alcova. Eram casas de cinco cômodos, com a cozinha nos fundos dando seguimento à varanda.

Carlos Lemos define esse tipo de planta como da casa popular, onde há a superposição das funções serviço e estar, ocupação doméstica e lazer, e que se caracterizaria por sua localização nos arrabaldes e saídas da cidade; casas de porta e janela, de um lanço, da população mestiça e pobre<sup>40</sup>.

Luis Rossener era alemão, marceneiro e morava na Travessa do Largo do Paissandu, 5, Freguesia da Sé, na casa de porta e duas janelas descrita acima, com sua mulher e dois filhos. Tinha mais quatro filhos de outros matrimônios, dois moravam em Taubaté, e desconhecia o paradeiro dos outros dois. Vemos que não se trata de um mestiço ou caboclo, e sim de um europeu, com uma profissão definida, um artesão, mas que está morando no partido arquitetônico local, secularmente repetido pelos mestiços pobres.

A casa descrita com o muro de tijolos traz à tona a mistura dos materiais e a implantação, aos poucos, pelo quintal, do novo material de construção. Pode-se inferir que a casa era de taipa na medida em que se explicitava o material do muro; do contrário, ou não seria dito nada, ou a casa também seria descrita como de tijolos. A descrição também mostra a freqüência de quintais plantados na cidade da época; fator mais comum nas áreas para além do triângulo.

Estudos vêm apontando que os tijolos já eram utilizados em São Paulo desde a década de 1850, pelo menos, quando, depois da grande enchente, os embasamentos de terra passaram a ser temidos, e a reconstrução da ponte do Açu foi feita com o novo material de construção. Os tijolos eram usados de maneira estrutural, enquanto a taipa ia perdendo o prestígio. Mas não se sabe ao certo a data da primeira construção feita integralmente de tijolos. Eudes Campos trabalhou com anúncios de jornais, e deu algumas pistas interessantes: uma olaria no Pari funcionando com negros pedreiros em 1861, uma referência de construção feita integralmente com tijolos em 1868<sup>41</sup>. De qualquer maneira, a alvenaria de tijolos ainda desempenhava um papel secundário e se combinava tanto com a taipa como com outros sistemas construtivos (inclusive com a pedra)<sup>42</sup>.

A formação da mão-de-obra para o trato com as novas técnicas construtivas também é um dado fundamental, apesar de sabermos que escravos atuaram largamente como pedreiros. No decorrer dos anos 70 e 80, seriam criados vários cursos voltados para a formação de mão-de-obra qualificada – a Sociedade Propagadora de Instrução Popular (1874), o Instituto dos Educandos e Artífices (1874), Instituto D. Ana Rosa (1874), Liceu de Artes e Ofícios (1882), Liceu do Sagrado Coração de Jesus (1885).

Como exemplo de acabamento interno que se estava fazendo no final da década de 1870, nas casas térreas, de famílias que estavam lutando para se estabelecer, há o caso de D. Maria Von Nimenn, que edificou uma casa na Rua do Triunfo, toda acabada “forrada de papel, e pintada”<sup>43</sup> com o dinheiro da venda do pequeno negócio do marido, e com economias de trabalhos dela. A casa contava ainda com puxado para cozinha. Este é um caso peculiar, pois não só temos a descrição interna da casa, como ela é muito significativa. D. Maria foi a juízo apresentar os seus bens, e, em lugar de simplesmente dizer: “tenho uma casa na Rua do Triunfo”, ela relatou, com riqueza de detalhes, o percurso, como se precisasse justificar tanta iniciativa pessoal. Procurando valorizar o empreendimento, contou que a casa era “forrada de papel e pintada”, e ainda, que assumiu sozinha um empréstimo para completar o acabamento e fazer a cozinha fora. Duas opções significantes: a cozinha fora, e o acabamento.

Carlos Lemos repara no fato de que, nas casas mais pobres, a cozinha ficava dentro, esfumaçando tudo, misturada com a sala, o quarto, sem diferenciação nítida de funções; nas casas melhores, e isto nesse período, a cozinha ficava fora<sup>44</sup>, com os cheiros, as fumaças, os animais, separadas do estar, do comer e do dormir. Vemos pelos inventários de 1880 que a simplicidade de soluções e a pouca diversidade ainda predominavam. A convivência de estilos e soluções foi muito comum.

Vejam os exemplos. No inventário de D. Joanna Isabel Galvão Urioste<sup>45</sup>, do grupo quatro, constam, além de outros imóveis, dois sobrados de parede de mão com quatro janelas de sacada, um com quintal, na Rua 25 de março, e um chalé de tijolos em uma chácara no Pari. Eis aí um caso ilustrativo da mistura de estilos: um chalé (feito por um mestre de obras italiano chamado Giovanni Pardini) mostrando a nova arquitetura mais carregada de símbolos de diferenciação social, e os sobrados de parede de mão, no mais tradicional estilo paulista. Os sobrados provavelmente foram construídos nos anos 1860, enquanto o chalé era novo, ainda na fase de finalização.

41. Eudes Campos. *Arquitetura Paulistana sob o Império* [...], p. 397.

42. Eudes Campos. *Arquitetura Paulistana sob o Império* [...], p. 305.

43. ATJSP, 2.O.E, Inventário, Processo 796, 1880.

44. Carlos Lemos. *Cozinhas, etc*, passim.

45. ATJSP, 2.O.E, Inventário, Processo 773, 1880.



46. Eudes Campos. *Arquitetura Paulistana* [...], p. 321.

47. Apud id., anúncio de uma serraria de 1881, p. 321.

48. *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo - 1888*. Primeira edição; e Abílio A. S. Marques, *Indicador de São Paulo administrativo, judicial, profissional e comercial para o ano de 1878*, Edição Fac-similar - Convênio IMESP/DAESP, São Paulo, 1983, p. 195.

49. Eudes Campos. *Arquitetura Paulistana* [...], p. 721.

50. Eudes Campos. *Arquitetura Paulistana* [...], p. 319.

51. Abílio S. Marques. *Indicador Paulistano*, p. 184, 188, 195, 198, 205.

52. Julio Ribeiro. *A Carne*, São Paulo: Cia Gráfica Novo Mundo, [s.d.], p. 53.

A existência deste chalé pressupõe uma série de fatores: mão-de-obra especializada, tecnologia estrangeira, alguns materiais trazidos de fora, além do estilo, também importado. A estrada de ferro estava, portanto, por trás de tudo isso. São decerto várias questões imbricadas, e uma das mais importantes é o aperfeiçoamento e a diversificação das técnicas construtivas que ocorriam nesse período. O elemento decorativo central dessa construção eram os rendilhados de madeira aplicados sobre o telhado, os lambrequins. As possibilidades de tratamento da madeira aumentaram muito com o aparelhamento mecânico e com a invenção da serra tico-tico. Não só os rendilhados, como as estruturas, as sambladuras, as esquadrias de portas e janelas, os forros e os soalhos se aperfeiçoavam<sup>46</sup> e se disseminavam – o trabalho envolvido com a madeira já não era tão custoso, podia-se comprar madeira aparelhada mecanicamente. Anunciavam-se nos jornais “ornatos para chalets desenhados por um hábil desenhista francês”<sup>47</sup>, enquanto crescia na cidade o número de serrarias e carpintarias a vapor. Em almanaque de 1888, são encontrados nove estabelecimentos na capital, sendo que, dez anos antes, um indicador de São Paulo registra apenas duas serrarias<sup>48</sup>.

Não eram apenas as madeiras rendilhadas que figuravam no leque de opções para a decoração e o acabamento das residências paulistanas do final do Império. Novos elementos decorativos, como as bossagens feitas com cantaria artificial, imitando a lapidação de diamantes, os frisos por sobre as vergas das janelas, antecedendo a cimalha, a platibanda com pinhas em cima, as pilastras, foram alguns dos mais recorrentes recursos arquitetônicos oriundos do vocabulário formal neo-renascentista<sup>49</sup>. Outro item de destaque é o balcão, que podia ser inteiriço, abarcando todas as janelas, com grades de ferro e base de madeira rendilhada, sendo que de ferro também podiam ser as grades dos guarda-corpos das janelas. O ferro passará a marcar presença nas casas mais ricas, nos balcões. Na cidade ainda marcada pela pobreza, eram forte símbolo de distinção social.

Os novos códigos estavam se espalhando pela cidade, marcando os caminhos de demarcação de *status* do período. Entre os materiais empregados nessas novidades, os mais importantes eram a madeira, a cal, a pedra de cantaria, o ferro, o vidro. A madeira vinha tradicionalmente de Santo Amaro, mas podia ser importada; a cal, a pedra de cantaria, o ferro e o vidro vinham de fora, e eram escassos e de elevado preço. A primeira fundição de ferro e bronze na cidade data do final da década de 1860<sup>50</sup>; época em que se montaram também fábricas de pedra artificial e de elementos decorativos. Em 1878 já anunciavam, no indicador de Abílio S. Marques, treze serralheiros e ferreiros, três fundições de metal e serralheria, quatro vidraceiros e lojas de vidros, quarenta e uma olarias, quatro depósitos de pedra de cantaria e quatro depósitos de madeiras para construção<sup>51</sup>. Vê-se que a cidade, já no final da década de 1870, ia se equipando para atender ao mercado, cada vez mais crescente e diversificado, da construção civil, com a infra-estrutura para importações e o transporte de mercadorias facilitados pela ferrovia.

Ilustrativo do que podiam representar os caprichosos lambrequins, são os devaneios de Helena, Lenita, do romance *A Carne* de Júlio Ribeiro (1888), que se imaginava comprando um terreno grande em bairro aristocrático, na Rua Alegre: “[...] um palacete elegante, gracioso, rendilhado, à oriental, que sobressaísse, que levasse de vencida esses barracões de tijolos, esses monstregos [...] à fazendeira...”<sup>52</sup>. A valorização decorativa apontava como forma de diferenciação e aquisição de *status* na sociedade recém-saída da abolição, sociedade que se queria urbana, com uma nova identidade, desvinculada da fazenda.

Ainda no segundo período, apesar de mais frequentes, os detalhes descritos nos inventários são irregulares. Em apenas 188 das 503 casas térreas e sobrados, há algum detalhe sobre o exterior, como por exemplo se a casa era recuada, com portão, gradil de ferro, se tinha jardim, entrada lateral. Para 416, há o número de portas e janelas; em 296 casos, o número de cômodos, e em apenas 100, o material de construção. Há mais informações do que antes, contudo ainda reinava a pouca uniformidade. A grande transformação diz respeito às medidas, que falharam poucas vezes – entre os 704 bens imóveis, para 599 consta a metragem. Mas o historiador encontrará dificuldades porque, na maioria das vezes, a metragem fornecida diz respeito apenas ao terreno, silenciando sobre o tamanho das habitações (com frequência, dizia-se a metragem da frente da casa, mas o fundo compreendia quase sempre o terreno).

O tamanho dos terrenos variou bastante. Morar com grandes quintais era ainda prática, mesmo que o solo urbano ficasse cada vez mais caro. Nas áreas novas da cidade, os terrenos eram maiores. Em 1899, na Pamplona, região nova, próxima à nova e elegante Avenida Paulista, recém-loteada, uma casa simples, térrea, de uma porta e uma janela, com telheiro de dependência, que fora avaliada por apenas dois contos, tinha um terreno de 1.430m<sup>2</sup> <sup>53</sup>.

No período de 1895-1900, foram avaliadas 448 casas térreas, das quais 408 tinham medidas. A casa em terreno maior ficava na Vila Mariana, um *chalet* com três cômodos, assoalhado, com cozinha como dependência, em área de 30.000m<sup>2</sup>. A menor casa tinha apenas 14m<sup>2</sup>, ficava na Rua da Liberdade, com duas portas. O mais curioso é que ambas foram avaliadas por seis contos, com intervalo de um ano, a primeira em 1897, e a da Liberdade em 1898. Comparando com os outros bens, uma foi subavaliada, enquanto a outra superestimada, mas ficou evidente, de qualquer forma, a diferença de preço conforme a região da cidade: o preço muito baixo que se podia pagar por terreno na Vila Mariana e, por outro lado, a valorização da Liberdade, área até pouco tempo caracterizada por habitações populares, com algumas chácaras.

O sobrado em menor área ficava na Rua dos Estudantes, tinha uma porta e uma janela embaixo, e duas janelas em cima, com 60m<sup>2</sup>; e o maior na Rua Conselheiro Ramalho, na Consolação, com nove cômodos em terreno de 1.968m<sup>2</sup>. A maioria das casas térreas era construída em terrenos de 100 a 200m<sup>2</sup>. Por vezes, foi mencionada a divisão interna dos sobrados, quando vimos que a cozinha em geral ficava no primeiro andar, e não no térreo. Nas casas com grandes quintais os avaliadores não deixavam de mencionar a presença de árvores frutíferas e também de hortas.

O inventário do ex-presidente da Província, Sebastião José Pereira<sup>54</sup>, mostra práticas interessantes. Bacharel em 1854 pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi juiz de direito da 1ª. vara e, depois, chefe da Polícia, de março de 1870 a 5 abril de 1872, tendo assumido a presidência da Província em junho de 1875 e exercido o cargo até janeiro de 1878. Ao morrer, em 1881, era novamente juiz. Fez carreira no serviço público, tendo ocupado os cargos de maior prestígio. Era, porém, de origem modesta, filho de pais pobres, Sebastião José Pereira e Maria Feliciano Pereira, e exerceu o magistério antes de concluir o curso de direito, para garantir o seu sustento. Não morreu pobre, mas estava longe de ser rico. Nessa pesquisa, foi enquadrado no grupo dois de riqueza. Deixou a viúva D. Maria Angélica e dois filhos, o menor com cinco anos, e 14 contos como herança. Viviam na Travessa do Rosário, em casa alugada, e possuíam dois

53. ATJSP, 2.O.E., Inventário, Processo 1.571, 1899.

54. ATJSP, 2.O.E., Inventário, Processo 800, 1881.

55. “Na tradição decorativa e no sistema artesanal de produção e comercialização de mobiliário, enraizou-se o hábito de encomendar cadeiras para encher uma sala.” Eram encomendadas às dúzias, de onde se vê que o Dr. Sebastião tinha três dúzias; isso já denotava distinção, e a produção de um espaço para receber as visitas. Nuno Luís Madureira, *Cidade: Espaço e quotidiano* [...], p. 158.

terrenos e uma chácara. A chácara ficava na Rua do Paraíso, perto do Largo do Arouche, e tinha casa térrea de seis janelas, uma porta, um portão de frente, e “ameixeiras do Canadá”. Os móveis da família foram assim descritos:

1 mobília composta por 2 aparadores, 14 cadeiras sendo duas de braço, 1 mesa de centro com tampo de mármore e um sofá.....	R\$120\$000
2 aparadores pequenos.....	4\$000
1 mesa de abrir.....	10\$000
1 mesa redonda pequena.....	2\$000
3 mesas pequenas.....	10\$000
1 piano meio armário.....	500\$000
12 cadeiras no escritório.....	5\$000
11 cadeiras trincadas....	11\$0000
1 cama de casado.....	40\$000
2 marquesas.....	6\$000
1 cômoda.....	50\$000
1 armário para louça.....	15\$000
1 guarda-vestidos.....	50\$000
1 lavatório com tampo de mármore e pertences.....	30\$000
1 escrivaninha de prata oferecida por amigos.....	500\$000
1 mesa de escritório com grade....	12\$000
1 mesa elástica.....	20\$000
1 mesa de engomar.....	4\$000
1 penna de ouro cravejada de brilhantes....	200\$000
720 volumes encadernados e infolio, novos e velhos, de direito e vários, em 4 estantes.....	1:000\$000

Total: R\$ 2:589\$000

Os objetos que sobressaíam na mobília eram ainda as cadeiras e as mesas. Uma família com quatro pessoas, e talvez mais algum serviçal, tinha 37 cadeiras<sup>55</sup>! A maciça presença das cadeiras indica uma ainda frágil atenção ao conforto, a pouca diversidade e a sobriedade. Não se tratava de ficar confortavelmente instalado por horas a fio lendo um livro, meditando ou conversando. As cadeiras eram dispostas na sala para as visitas, preenchendo os espaços vazios. E, andando pela casa, contaríamos oito mesas. As categorias de objetos não eram muitas, móveis para sentar (cadeira e sofá – apenas um, de palhinha?), móveis para dispor objetos, escrever ou comer (mesas e aparadores), móveis de guardar (cômoda e armários), móveis para dormir (cama, marquesa), móvel para higiene (lavatório e pertences). Aqueles que ultrapassavam a “funcionalidade” mais imediata, eram justamente os objetos mais caros: a escrivaninha de prata, o piano e os livros.

Chama também a atenção o baixo preço das cadeiras do escritório, 12 por 5\$000, o que dava cerca de \$416 por cadeira, o que era muito pouco. O baixo valor atribuído às marquesas, 3\$000 cada, também chama a atenção do historiador. A categoria com maior preço era a dos móveis de guardar roupas (cômoda e guarda-vestidos). Note-se a especialização do móvel, não um simples armário, mas um guarda-vestidos, assim como havia o guarda-casacas. Na casa, havia alguns móveis mais especializados, a mesa de engomar, a mesa de escritório, o guarda-vestidos, e esse caminho da compartimentação, da cada vez maior especialização dos móveis, assim como dos cômodos da casa, era o caminho que a burguesia endinheirada, as elites da cidade e do País tomavam.

Em casa rica e elegante, cada coisa seria própria para um lugar e uma função, a louça do chá era diferente da do café, e da do jantar; por sua vez, o talher

do peixe era diferente do da carne, os copos, para cada tipo de bebida, as diferentes toalhas de mesa, os utensílios pessoais, a mobília da ante-sala, da sala íntima, da varanda, do quarto da moça, do quarto da senhora solteira, tudo caminhava nessa direção<sup>56</sup>. Nessa casa, vê-se muito pouco disso, apenas o domínio de um pequeno vocabulário, e uma especialização incipiente<sup>57</sup>. Não havia sequer jogos de chá, de café, ou de jantar, assim como não havia prataria nem castiçais especiais, nem mobílias caras, almofadadas, estufadas, de madeiras específicas, que merecessem ser discriminadas; aquela era, provavelmente, uma tradicional mobília de palhinha.

Mas havia o piano, e também os livros, simbolizando um determinado tipo de vida urbana e de interesses culturais. Havia também a chácara nas cercanias da cidade, com “ameixeiras do Canadá”, expressando uma vontade de diferenciar o modo de vida urbano do rural. Mas, nesse caso, estamos falando de um homem ilustrado, para quem os livros faziam parte da profissão.

De todos os 329 inventários, em 40 apareceram pianos. E estamos falando de pessoas que moravam nas três freguesias centrais, nos últimos 25 anos do século, em sua maioria proprietárias de imóveis. Entre esses 40 proprietários de pianos, há inventários de todos os grupos de riqueza, mas a maior porcentagem se enquadra no grupo quatro, com 16 processos. E 11 dos proprietários de piano eram imigrantes.

O piano não apareceu muito difundido entre as famílias de médias posses, chegando a 12% das casas – e talvez, por isso, o austríaco Hugo Gabrieli, dono da loja de pianos, tenha morrido na falência<sup>58</sup> ...

Quanto aos livros, não foi muito diferente. Apareceram em 32 processos, não chegando a 10% (sendo que em 12 casos, o piano e os livros foram coincidentes). Mais uma vez, todos os grupos de riqueza estavam representados, e mais uma vez o quarto liderava, com 11, seguido de 5 para o grupo mais rico. Com relação aos livros, havia a predominância de duas profissões: funcionários públicos e profissionais liberais. Juntos, somavam 10 inventários, seguidos por negociantes, os que viviam de rendas e o dono de um jornal e o de um cartório.

O que podemos falar sobre a vida doméstica dessas famílias? Pode-se falar em aburguesamento? O piano era provavelmente um dos principais símbolos do modo de vida considerado civilizado e culto. Na cartilha da boa educação de uma moça, estava incluído, como item fundamental, saber tocar piano. Assim, ela divertiria o marido, os amigos, e refinaria sua sensibilidade. Trabalhos de agulha, saber do governo da casa e educação formal básica completavam o quadro. Poucas famílias dos setores médios tiveram oportunidade de educar suas filhas como a “sociedade” queria<sup>59</sup>.

Vejamos mais alguns casos significativos. Em alguns inventários, os móveis eram descritos por cômodos. Vejamos o caso de uma família moradora na área da cidade nova, na Alameda dos Bambus, 33, do terceiro grupo de riqueza, e depois, de outra na Rua Brigadeiro Galvão.

José de Souza Machado faleceu em 1896<sup>60</sup>; deixou 36 contos de herança e nenhuma dívida, classificando-se no terceiro grupo de riqueza. Com sua família, morava na Alameda dos Bambus, 33, em Santa Efigênia, em casa própria, com uma porta e duas janelas (como muitas das casas avaliadas, essa foi uma das tipologias dominantes). A casa tinha

56. A historiadora Vânia Carneiro de Carvalho, estudando manuais e publicidade, acompanhou a incorporação e a difusão da idéia da casa como conforto e requinte. A valorização dos móveis estofados na primeira década do século XX, das poltronas, pode ser vista em publicidade do Mappin de 1918: “lar confortável é essencial para a felicidade doméstica”. A autora trabalhou com o diálogo entre as tradições francesa e inglesa, elegância e conforto, procurando recuperar o gestual, entender os sentidos por trás dos usos dos objetos nas casas que se aburguesavam na virada do século. *Gênero e Artefato, o sistema doméstico na perspectiva da cultura material, São Paulo, 1870-1920*. Tese de doutorado, História, FFLCH, USP, 2001. p. 129ss.

57. Sobre o vocabulário pouco diversificado e austero do mobiliário das casas paulistanas de elite no início do XIX, ver Eudes Campos, “Palacetes Paulistanos, a evolução do ambiente doméstico sob o Império”. In: *Arqueologia Histórica na América Latina*, The South Carolina Institute of Archeology and Anthropology, Columbia, janeiro 1995, n. 6.

58. Luiz Felipe de Alencastro, falando sobre “a vida privada e a ordem privada no Império”, estudando o caso da Corte na segunda metade do século XIX, sugere que: “a mercadoria-fetice dessa fase econômica e cultural será o piano. [...] desenvolve-se um importante mercado para esse instrumento. Possuíam-se pianos de

[...] sala de visitas, alcova forrada assoalhada e empapelada; sala de jantar, quarto, corredor e cozinha, esta sem forro e atijolada e aquelas forradas, assoalhadas e caiadas;

todo jeito. Comprados à vista, em segunda mão, por meio de crediário, ou alugados [...] de alto valor agregado e de imediato efeito ostentatório - o piano apresentava-se como o objeto do desejo dos lares patriarcais". *História da Vida Privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 46-47. Não vimos nos inventários sinal de pianos alugados, no sentido de que não apareceram contas de dívidas para "proprietários de pianos", ou "por aluguel de piano" em nenhum processo, e como apareceram os mais variados tipos de serviços, talvez ainda não fosse prática tão comum em São Paulo, sobretudo entre esses setores. Hugo Gabriely, da loja de pianos, apostou na nova moda, mas o mercado não foi tão recompensador.

59. As memorialistas (filhas de boas famílias) Maria Paes de Barros, *No Tempo de Dantes*, Laura Rodrigo Otávio, *Elos de uma corrente*, Yolanda Pentead, *Tudo em cor-de-rosa*, falam do piano como parte de sua educação social; Ina Von Binzer, *Os meus romanos*, ensinava piano às suas pupilas; Alfredo Mesquita não deixa o piano de fora no cotidiano da filha moça solteira da casa do Largo da Liberdade, em *Sylvia Péllica*; Jorge Americano lembra que em algumas horas da manhã, em 1901, em determinados bairros, podia-se passear pelas ruas ao som dos estudos de piano; *São Paulo naquele tempo, 1895-1915*, São Paulo: Edições Sarai-va, 1957, p. 71. Na literatura carioca, o piano tam-

terreiro atijolado e tendo como dependencia um galinheiro fechado de arame, latrina e mais um pequeno cômodo junto à cozinha.

E os móveis eram os seguintes:

1 marquesinha forrada de palhinha, com bastante uso.....10\$000  
6 cadeiras também com assento de palhinha, usadas.....24\$000  
2 aparadores de madeira lisa, com bastante uso.....20\$000  
1 pequena cantoneira.....3\$000  
1 pequeno espelho de parede, com moldura dourada, ordinário e velho.....3\$500

Na sala de jantar:

1 armario sem vidro, com gavetas, vernis de pincel.....45\$000  
1 marquesinha velha com fundo de taboas.....8\$000  
1 mesa de jantar, obra grosseira e usada.....8\$000  
1 banco velho.....3\$000  
1 machina para costura, de pé, muito usada com peça quebrada.....15\$000  
1 mesinha de taboas.....5\$000  
1 pequeno lavatório todo de madeira, usado.....12\$000

Nos quartos:

1 pequeno guarda roupas, usado.....45\$000  
2 marquesas forradas de taboas velhas.....16\$000

Cosinha:

1 lote de louça de mesa e cozinha tudo muito usado.....30\$000  
total de 247\$000"

Assim como houve a mistura nas tipologias construtivas do tijolo com os programas tradicionais, houve as misturas nos móveis. Nessa casa, ainda se dormia em marquesas<sup>61</sup>. O cômodo de dormir foi chamado de alcova e de quarto, e a disposição do cômodo na casa era de alcova, não estava na frente, com janela, mas antes da cozinha. A casa e o terreno tinham 156 m<sup>2</sup> (a casa não tinha recuo, com ômetro de frente). Tanto no número de cômodos como no tamanho da frente ela correspondia a muitas das casas avaliadas, pois a maioria tinha entre quatro e seis cômodos, incluindo cozinha. Era em casas assim que a grande parte das famílias aqui estudadas morava.

O acabamento dos ambientes variou, e o avaliador não deixou isto passar em branco. Havia os cômodos completos – empapelados, forrados e assoalhados, e outros que em vez de papel de parede eram só caiados, e a cozinha apenas "atijolada", o que era a configuração mais comum. A cozinha ou "não tinha forro nem soalho", ou era "cimentada", ou "atijolada" – e sempre ficava nos fundos da casa.

A viúva de seu José, D. Benedita de Souza, morou nessa casa até 1923 (a rua já se chamava Alameda Rio Branco), quando faleceu aos 78 anos. Era analfabeta. Sua filha mais velha, já antes da morte do pai, casou-se com Gaspar Schlitter, dono de fábrica de cerveja no Largo dos Guaianases. Isto fez com que a família mantivesse contato com os alemães e, por isso, os avaliadores foram Henrique Boock e Augusto Schmidt. O segundo filho morava no Bom Retiro. A família tivera uma experiência de estabilidade – morar na mesma casa, viver com poucas dívidas. Não sabemos a profissão de José de Souza Machado, mas sua estratégia não tinha sido investir em imóveis – o dinheiro estava em bancos e emprestado, com duas hipotecas a italianos, com juros baixos de 10% anuais em um caso, e de 1% ao mês em outro.

Os móveis da família eram singelos e não escapavam das funções básicas. Na sala de visitas não havia sofá, apenas algumas cadeiras, uma

marquesa de palhinha, os aparadores e, dando um toque de magia, o espelho com moldura dourada. O móvel para guardar roupas não passava de um simples armário, e para sentar na sala de jantar havia um banco. Fora isso, marquesas em quase todos os cômodos: na sala de visitas, na de jantar, e, claro, no quarto. Tinham espaços especializados na casa e a sala de visitas diferenciada da sala de jantar, mas ainda jantavam em um banco de madeira velho, e também ali ficava a máquina de costura da senhora. Preservava-se a sala de visitas, mas a de jantar precisava ser usada para outros afazeres.

Delfim Loureiro da Cruz<sup>62</sup>, português falecido em 1895, era proprietário de diversas casas no Bom Retiro e morador na Rua Brigadeiro Galvão, nos altos de um sobrado de

“uma porta e duas janelas no térreo e duas janelas no superior, com quatro cômodos no inferior e quatro no superior, forrados, soalhados e caiados, com duas dependências cobertas de telhas nacionais, e contendo no mesmo terreno uma casinha com uma porta e duas janelas com dois cômodos, sendo a sala forrada e soalhada e caiada”.

Os móveis, descritos por cômodo, eram os seguintes:

1 mobília austríaca para sala de visitas, constando de 1 sofá, 2 cadeiras de braços, 2 consolos com pedra mármore.....400\$000  
 1 cadeira de balanço também austríaca.....30\$000  
 1 espelho oval, guarnição dourada.....50\$000  
 1 guarda roupa envernizado....40\$000

Na sala de jantar:

1 mesa com pés torneados....20\$000  
 1 sofá com encosto e assento de palhinha.....25\$000  
 9 cadeiras nacionais com assento de palha.....27\$000  
 1 machina de costura.....30\$000  
 1 guarda louça.....20\$000  
 1 regulador de parede, usado...20\$000

Alcova:

1 marquesão para casado....20\$000  
 1 toilette com espelho...50\$000  
 2 vasos para flores....6\$000.

Delfim Loureiro da Cruz deixou viúva e dois filhos. Tivera um primeiro casamento, mas não fizera inventário, por na época “não possuírem bens”. Ele era irmão de Domingos Loureiro da Cruz, comendador, e depois visconde do Rio Tinto, um dos ricos portugueses do período. Para seu irmão devia sete contos. Tinha 16 casas e quatro terrenos no Bom Retiro, na Barra Funda, e em Santa Cecília, em ruas ainda sem nome. Ficou no grupo quatro de riqueza, tendo morrido com 85 contos de fortuna (e vinte de dívidas).

Os móveis, embora com alguns itens diferenciados, e possuindo materiais de melhor qualidade, não mudavam muito quanto ao vocabulário, nos dois casos citados antes, o do ex-presidente da Província e do José de Souza Machado. A mobília da sala com sofá, cadeiras, consolos e mesa de centro, era um padrão muitas vezes repetido<sup>63</sup>. Ocorriam algumas particularidades, como o tampo de mármore, ou o tipo da madeira. Nesse caso, era uma mobília mais cara, de 400\$000 réis, que ainda contava com a cadeira de balanço combinando no mesmo padrão, de palhinha,

bém tem presença marcante em diversos livros e contos de Machado de Assis. Em *Helena*, um dos dotes frisados da moça era saber tocar bem piano.

60. ATJSP, 2.O.E, Inventário, Processo 1.382, 1896.

61. Estudando inventários de mulheres pobres, roceiras, lavadeiras, costureiras, na década de 1830, Maria Odila Leite da Silva Dias encontrou como móveis para dormir: camas tecidas de cipó, cama ordinária, catres de madeira, catres com cabeceiras torneadas, cama de madeira da terra, catre tecido de cipó. Não apareceram marquesas, o que já é um indicio de se tratar de móvel diferenciado, mas que perdia, na época aqui em estudo, para a cama francesa, ou a cama com colchão. Em nossos inventários não foram mencionados catres. Ver: *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 221-222.

62. ATJSP, 2.O.E, Inventário, Processo 1315, 1895.

63. A casa da família de Seixas, no romance *Senhora*, de 1875, mesmo estando na Corte, é elucidativa. Sua mãe era viúva de funcionário público. Como herança, recebera doze contos e quatro escravos, depois de penosa liquidação de dívidas miúdas e o agenciamento de uma hipoteca. A casa e a família foram descritas como tendo “escassez de meios, senão extrema pobreza”, e mostrava: sofá de palha escura, seis cadeiras e dois consolos de jacarandá,



que “já não conservavam o menor vestígio de verniz”. No gabinete havia uma “cômoda de cedro, um armário, uma mesa de escrever, a marquesa de ferro vestida de mosquiteiro verde, e o lavatório”. Ou seja, trata-se exatamente do mesmo vocabulário dominante nos mobiliários inventariados, e do mesmo modo de vida. Para garantir uma renda de 150\$000 réis mensais, que o autor chama de pouco, a viúva, com quatro escravos de ganho, dinheiro investido na cadereta dando juros, tinha que costurar para fora. Se ela era muito pobre para Alencar, imagine-se quem eram os ricos, e como ele chamaria os que tinham menos do que ela.

64. Ver Maria Cecília Naclério Homem. *O Palacete Paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira, 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

65. O andar térreo era ocupado pelos serviços da casa “Ocupavam os pais o primeiro andar do prédio e as manas mais velhas, que eram três, o sobrado. [...] No pavimento térreo habitavam três ou quatro mulheres casadas, que se ocupavam da lavagem de roupa e outros serviços externos. Como todas as necessidades da família eram supridas em casa, os maridos destas trabalhavam em diferentes ofícios: um era sapateiro, fornecendo calçados para todos os domésticos [...] outro era jardineiro, outro padreiro, dois eram cozinheiros – e havia ainda o mulato Joaquim, cocheiro de confiança. Na grande sala de estar, ou antes de costura,

austriaca. O espelho com guarnição oval, também mais caro do que o da casa da Alameda dos Bambus, enfeitava e ampliava o ambiente, sendo acessório cada vez mais presente em diversas residências. Além disso, um armário envernizado. Na sala de jantar, os avaliadores diferenciaram a mesa com pés torneados. No mais, figuravam as cadeiras nacionais, e o sofá em vez da marquesa. E, também aqui, a máquina de costura na sala de jantar, que seria usada pela dona da casa ou filhas para seus trabalhos pela manhã ou à tarde. Também nessa casa mais rica se dormia em marquesa, numa alcova (mesmo sendo em área nova da cidade, portanto casa não muito antiga). A família vivia em quatro cômodos, contando a cozinha, e possuía 24 cadeiras! Sem dúvida, o objeto de destaque da mobília.

Moravam nos altos do sobrado, alugavam a parte de baixo e, provavelmente, também a casinha de porta e duas janelas nos fundos, com dois cômodos, para uma família mais pobre.

O fato de, por um lado, nos inventários como um todo, os móveis serem simples, e, por outro, de haver a prática da habitação conjunta, da mobilidade, da possibilidade do aluguel de mobília, leva-nos a pensar em uma domesticidade ainda pouco cultivada, pouco burilada. Não predominava ainda a idéia de fazer de sua residência uma vitrine de como seria a sua família. Os arranjos eram muito parecidos, poucos investiam energia financeira em um bom ou diferenciado mobiliário. Só mesmo os mais ricos, do quinto grupo de riqueza, e alguns do quarto.

A moradia nas casas térreas de porta e duas janelas, ou nas casas um pouco maiores, com quatro ou cinco janelas, sobrados com negócio embaixo, sobrados em que a família ocupava apenas o andar superior, ficando os baixos alugados (configuração várias vezes vista, especialmente para as viúvas com filhos), formavam um mundo muito distante do palacete com seus inúmeros aposentos, guarnecidos com as mobílias mais variadas, enfeites, cortinas, itens importados<sup>64</sup>. Ou da vida que corria nos grandes sobrados da elite fazendeira, inteiramente ocupados pela família, como os Souza Barros na ladeira do Açú, como descreve a memorialista Maria Paes de Barros<sup>65</sup>. A casa dos Souza Barros todos conheciam. Era o grande sobrado, no alto da ladeira, era a casa-referência, a casa que simbolizava, que vinculava a família ao bairro, à cidade. A experiência da cidade da maioria das famílias dos setores médios foi outra. Estavam distantes não pela diferença do poder econômico, que é evidente, mas porque não viviam à sombra dos seus hábitos, procurando repetir, como se faz crer, o modo de vida das elites, não procuravam se atualizar em conformidade com algum modelo, seja na posse de objetos, ou modo construtivo.

As diferentes formas de morar falam da inserção dessas famílias na cidade, mostram o tipo de relacionamento que estabeleciam, a ligação com a rua, com o mundo de fora. Não era ainda a casa eleita como o templo de refúgio do mundo da rua, e nem o espaço privilegiado de demonstração de *status*. A casa era um objeto de investimento, era algo prático, que podia servir hoje e não mais amanhã, que recebia agregados, que compartilhava o espaço da cozinha ou mesmo da sala com os escravos, quando os havia, que alugava móveis, mostrando um mundo ainda da economia, da busca do equilíbrio, da praticidade, do infringir fronteiras – espaços do trabalho misturados aos da habitação, quartos de aluguel dentro da casa, ou nos fundos, o convívio entre famílias.

Eram também casas adornadas com espelhos, relógios de parede, quadros. Quadros em sua maioria de santos. Inúmeros. Em vários e diversos casos, entre negociantes, funcionários, artesãos, senhoras que viviam de rendas,

o capitão da guarda, aqueles sem profissão declarada. Havia também quadros de vistas, paisagens, litogravuras. Eram sempre, invariavelmente, quadros baratos, de 6\$000, 2\$000 réis cada um, ou menos. Famílias que marcavam suas paredes com o santo de sua preferência, dando sinais de sua religiosidade.

Eram famílias que viviam na cidade que se transformava, atuavam nesse crescimento, construindo casinhas de aluguel, abrindo negócios, ao mesmo tempo que aprendiam a lidar, em seu cotidiano, com uma grande instabilidade. Ainda estavam vinculadas, de forma profunda, a modos de viver antigos, práticas outras, da cidade de antes.

E como a alcova persistiu! Insalubre, pouco ventilada, todos ouviam isso, mas continuavam construindo casas com alcovas<sup>66</sup>. O espaço de dormir não era para requintes, para visibilidades, era para a escuridão, o sossego, a simplicidade, o refúgio. Um pequeno guarda-roupas, uma marquesa. E só.

sentava-se a senhora [...]", Maria Paes de Barros, *No tempo de Dantes...* p.19.

66. Analisando como a legislação afetava esses empreendimentos particulares, Raquel Rolnik mostrou que 72% das novas construções eram feitas sem pedido de alinhamento. Daí pode-se inferir que muitas das plantas não deviam ser analisadas pela prefeitura. Cf. *A cidade e a lei...* p.60.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR José de. *Senhor*. 1a. ed. 1875. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

ALENCASTRO Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil, Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ALMANAQUE Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo - 1888. 1a. ed.; e Abílio A. S. Marques, Indicador de São Paulo administrativo, judicial, profissional e comercial para o ano de 1878, Edição Fac-similar - Convênio IMESP/DAESP, São Paulo, 1983.

AMERICANO Jorge. *São Paulo naquele tempo, (1895-1915)*. São Paulo: Saraiva, 1957.

ASSIS Machado de. *Helena*. 1a. ed. 1876. São Paulo: Ática, 1970.

BARROS, Maria Paes de. *No tempo de Dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Reedição.

BINZER, Ina Von. *Os meus romanos*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1953. v. 1-3. (Col. Documentos Brasileiros, v. 80).

BUENO, Francisco de Assis Vieira. *A Cidade de São Paulo*. 1a. ed. 1903. São Paulo: Academia Paulista de Letras, Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1976. v. 2.

CAMPOS, Candido Malta. *Rumos da Cidade*. São Paulo: Senac, 2002.

CAMPOS, Eudes. *Arquitetura paulistana sob o Império*. 1997. 811 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. *Palacetes paulistanos, a evolução do ambiente doméstico sob o Império*. In: ARQUEOLOGIA histórica na América Latina. Columbia: The South Carolina Institute of Archeology and Antropology, 1995. n. 6.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato, o sistema doméstico na perspectiva da cultura material*. São Paulo, 1870-1920. 2001. 309 p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. 1a. ed. 1984.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira, 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEMOS Carlos. *Cozinhas, etc.* São Paulo: Perspectiva, 1978.

MADUREIRA Nuno Luis. *Cidade: espaço e cotidiano*, Lisboa, 1740-1830. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

MARINS, Paulo Cesar Garcez. *Através da rótula, sociedade e arquitetura urbana no Brasil, sécs. XVII-XX*. São Paulo: Humanitas, 2001.

MARQUES, Abílio A. S. (Org.). *Indicador de São Paulo, administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878*. [s.l.] Typ. Jorge Seckler, 1878. Edição fac-similar, São Paulo: IMESP, 1983.

MARTINS, Antonio Egidio. *São Paulo antigo (1554 a 1910)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, IMESP, 1973. (Coleção História, 18).

MESQUITA, Alfredo. *Silvia Pélica na Liberdade*. São Paulo: Edições Gaveta, [s.d.].

OCTÁVIO, Laura Oliveira Rodrigo. *Elos de uma corrente seguidos de novos elos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

PENTEADO Yolanda. *Tudo em cor-de-rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

RAFFARD, Henrique. *Alguns dias na paulicéia*. São Paulo: Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1977. v. 4. 1a. ed. 1899.

RELATÓRIO apresentado á Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Província, o exm. sr. dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, em 2 de fevereiro de 1872. São Paulo: Typ. Americana, [s.d.].

RIBEIRO Julio. *A carne*. São Paulo: Cia Gráfica Novo Mundo, [s.d.]. 1a. ed. 1888.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei, legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

TOLEDO Benedito Lima de. *Prestes Maia e a origem do urbanismo moderno*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas, escravos e forros no município de São Paulo, 1850-1880*. São Paulo: Hucitec /História Social - USP, 1998.

Artigo apresentado em 9/2003. Aprovado em 9/2003.